



A INEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM CASOS DE PSICOPATIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA.

Autor(res)

Luana De Oliveira
Maria Eduarda Guilherme

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Resumo

A psicopatia é um transtorno de personalidade que se caracteriza por um padrão de comportamento antissocial, manipulador, hostil, impulsivo, irresponsável e sem empatia ou remorso (APA, 2013). De acordo com Hober Hare (2013), as forças que produzem o psicopata ainda são bastante obscuras para os pesquisadores. No entanto, existem várias teorias preliminares sobre suas causas que merecem consideração. Em um extremo, estão as teorias que consideram a psicopatia, em grande parte, como produto de fatores genéticos ou biológicos; no outro, estão as teorias que afirmam que a psicopatia resulta, inteiramente, de um ambiente social inicial problemático (da criação) (HARE, 2013, p.176). Existem inúmeras divergências na literatura científica acerca das origens da psicopatia e não há afirmações conclusivas e sólidas. Embora nem todos os indivíduos com psicopatia sejam criminosos ou violentos, alguns representam um risco para a sociedade e para si mesmos. Diante desse cenário, é imprescindível que sejam implementadas políticas públicas voltadas para pesquisas científicas que busquem explicações e soluções para o problema da psicopatia, bem como para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento desse transtorno de personalidade. É necessário também investir na qualificação de profissionais e na saúde mental, sobretudo no Sistema Único de Saúde (SUS). A questão da psicopatia não pode mais ser ignorada, uma vez que sua compreensão e tratamento são essenciais para a segurança e o bem-estar de toda a comunidade. A implementação de programas preventivos se faz indispensável, além de um maior investimento na saúde mental para promover a busca por soluções efetivas.